

TSE acha que prazo ameaça dois turnos

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Oscar Corrêa, acha difícil cumprir os prazos para a realização do segundo turno das eleições para prefeito. Ele disse que o calendário eleitoral prevê 15 dias entre a data da segunda eleição e a posse dos prefeitos. Neste meio tempo o TSE terá que julgar todos os recursos que chegarem e verificar todos os pedidos de impugnação.

O ministro disse que vai depender muito da colaboração dos partidos. Depois que a Constituição for promulgada e publicada no Diário Oficial, os ministros do Tribunal vão se reu-

nir para estudar as alterações que terão que ser feitas, sempre levando em consideração os prazos. O voto aos 16 anos, por exemplo, foi totalmente descartado pelo ministro para o pleito de 15 de novembro, porque o prazo de cadastramento de eleitores venceu dia 6 de agosto.

O Tribunal deve receber esta semana Cz\$ 5 bilhões para os gastos com as eleições, entre licitações para compra de material e despesas com pessoal, que serão repassados aos tribunais regionais. O orçamento foi feito com base numa consulta que o TSE fez aos regionais sobre a previsão de recursos.

Corrêa critica nova Carta

O ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Oscar Corrêa, voltou a criticar ontem o texto da futura Constituição aprovado no primeiro turno. Ele disse que "é excessivamente longo, altera profundamente as relações de poder entre o Executivo, Legislativo e Judiciário e, se aprovado da forma que está, vai agravar a tensão social, porque inclui vantagens aos trabalhadores que os patrões terão dificuldades em cumprir.

Num discurso bastante diferente do utilizado pelos ministros dos tribunais superiores, que evitam falar de decisões de outro poder, o ministro reafirmou as críticas que fez no domingo, em Belo Horizonte, durante um congresso de advogados. Corrêa esteve com o presidente Sarney na sexta-feira, mas negou qualquer relação entre suas declarações, bastante parecidas com as de membros do Poder Executivo, com sua ida ao Palácio da Alvorada.

O presidente do TSE disse que foi ao Palácio pedir ao presidente Sarney recursos adicionais de Cz\$ 5 bilhões para cobrir as despesas que o tribunal terá com as eleições municipais. Negou, também, que tenha sido convidado, naquele dia, para ser o novo ministro da Justiça, no lugar do ministro Paulo Brossard, que iria para o STF, conforme especula-se há algum tempo. " Perguntem ao presidente Sarney", disse.

Oscar Corrêa mostrou-se preocupado com o fortalecimento do Legislativo, em detrimento do Executivo e do Judiciário, conforme está no anteprojeto constitucional. Isso vai provocar, na sua opinião, uma movimentação do Executivo, junto ao Legislativo, para ocupar mais espaços. Em consequência, o Judiciário será acio-

nado para resolver a questão e não terá força suficiente, uma vez que o Supremo Tribunal Federal perdeu poderes. Matérias relacionadas com a vigência de leis federais passaram para a instância do Superior Tribunal de Justiça, que será criado, hierarquicamente abaixo do STF.

O repasse de 47% dos recursos da União para os Estados, determinado pelo anteprojeto de Constituição, também foi criticado pelo ministro. Ele considera que os encargos também teriam que ser distribuídos. Caso isso não aconteça, a União será obrigada a emitir dinheiro para cobrir despesas, aumentando a inflação.

Perguntado sobre a razão de ter resolvido falar somente agora, às vésperas da votação dos temas mais importantes do segundo turno da Constituinte, Corrêa disse que só agora teve oportunidade de fazer uma palestra. Em declarações e artigos anteriores à criação da Constituinte, o ministro garante que já previa o que está acontecendo agora. Ele deu um prazo de cinco anos para que "as coisas se arrumem". Acredita que um novo presidente, eleito pelo voto do povo que é "sábio", na sua opinião, terá condições de convencer políticos a mudarem as regras.

Corrêa criticou, ainda, a realização de greves de trabalhadores, de forma indiscriminada e os benefícios conseguidos pelos funcionários do Banco do Brasil com a última paralisação. "Se eu estivesse no Governo, isso não aconteceria". Ele sugere que o Banco treine funcionários em compensação de cheques, que substituiriam grevistas que aderissem ao movimento por mais de 24 horas. Para ele, a demissão sumária de funcionários seria uma forma de frear a ocorrência de greves indiscriminadas.